



Nº 65 - NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2025

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: SÉRGIO SILVA

Novembro negro e a periferia no centro dos debates

**Marcha reúne 300 mil
mulheres em Brasília por
reparação e bem-viver**

**Felipe Freitas: por uma
polícia voltada à inteligência,
não ao confronto**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

Novembro negro e a reconexão com as periferias



ARTE DE ISABELLA MURIÁ

A atual edição da **revista Reconexão Periferias** coloca em pauta mobilizações sociais que marcaram o mês de novembro, quando se completaram 30 anos da primeira Marcha Zumbi dos Palmares e dez anos da Marcha Nacional

das Mulheres Negras. Também busca provocar uma reflexão sobre as transformações sociais, políticas, tecnológicas e econômicas que vêm ocorrendo no mundo, com impacto direto nas periferias brasileiras.

No artigo **Perspectivas para 2026**, a área Reconexão Periferias apresenta as prioridades de sua atuação em 2026, volta da ao fortalecimento da organização e presença do Partido dos Trabalhadores nas periferias, nas cidades, nos campos e quilombos do Brasil

Uma análise de como a violência policial no Rio de Janeiro se converteu em instrumento político de poder e visibilidade para o governador do estado e a extrema-direita é apresentada no artigo **A política por trás da política de morte de Cláudio Castro**, assinado por Paulo Cesar Ramos, Ruan Barbardo, Barbara Martins.

No artigo **Marcha Zumbi (1995): há 30 anos, movimento negro**

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, DANILO MORAIS, DARLENE TESTA E BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNO ALMEIDA (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

na disputa pela cidadania e ressignificação do Brasil,

o sociólogo Danilo Morais apresenta a manifestação “como ponto de chegada de mobilizações que lhe são anteriores, destacadas por inovações político-sociais, próprias da agenda de parte do movimento negro em sua reemergência nos anos 1970”. E destaca em especial “a articulação entre demandas pelo reconhecimento de especificidades históricas e culturais, dos modos de ser e viver com referências “afro” ou do que chamaríamos hoje de diáspora africana, mas que se vinculam também às demandas de enfrentamento de desigualdades raciais”.

As **mudanças climáticas e seus impactos sobre a vida no planeta** são o foco do texto elaborado por Hellen Virgínia da Silva Alves e Denise Viana Borges. “Especialmente na Amazônica brasileira, as mudanças climáticas causam mudanças significativa no modo de vida das populações tradicionais e estão

associadas à insegurança alimentar e ao imaginário coletivo a respeito do futuro.”

Na seção entrevista, o **secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, Felipe Freitas**, argumenta que é preciso romper com a ideia de que a violência policial é um preço inevitável no combate ao crime. “Não é concebível tratar a letalidade como um efeito colateral necessário ao enfrentamento do crime organizado. É preciso recusar essa lógica e construir outro caminho, que valorize o trabalho policial sem abrir mão do respeito à vida”, afirma.

A revista apresenta ainda reportagem sobre a Marcha das Mulheres Negras por reparação e bem-viver, que reuniu 300 mil pessoas em Brasília no dia 25 de novembro, maior mobilização política de mulheres negras que o mundo já viu.

E traz o registro de dois seminários realizados em outubro pela Reconexão Periferias: **Fortalecer o PT nos territórios**, em

parceria com as secretarias nacionais de Organização, Nucleação e Movimentos sociais do PT. E **Segurança Alimentar e Nutricional – o combate à fome e miséria nas periferias**, em parceria com a Secretaria Setorial Agrária, o Setorial de Segurança Alimentar e o Setorial Energia do PT em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação.

A seção de arte traz a paraense Isabella Muriá, que expande suas criações visuais em diferentes telas e linguagens. Entre rios e ruas, investiga visualidades que bordam sua pesquisa em uma travessia que observa o mundo a partir de perspectivas amazônicas, entrelaçando memórias pessoais e coletivas. Com paralelos entre a espiritualidade, ancestralidade, consciência ambiental e realidades sociais contemporâneas. Atua também como arte educadora e é idealizadora do projeto Maré das Cores. ■

Perspectivas para 2026 na Reconexão com as Periferias

ARTUR HENRIQUE, BARBARA MARTINS, DANILO MORAIS, DARLENE TESTA, PAULO RAMOS E RUAN BERNARDO



FOTO: AGÊNCIA GOV

Reconexão Periferias priorizará, em 2026, fortalecimento da organização e a presença do Partido dos Trabalhadores nas periferias, nas cidades, nos campos e quilombos do Brasil

O Reconexão Periferias, em 2025, atuou em temáticas estratégicas para a conformação de um arcabouço de conhecimento e formulação sobre as periferias, especialmente as relacionadas à violência e à segurança pública, ao trabalho informal e suas

consequências, combinando as desigualdades e as questões ambientais à cultura de participação popular.

Pautas que afloraram diversas questões que são prioritárias para um partido de trabalhadores, que,

após 45 anos de existência e com tantas e profundas transformações no mundo do trabalho e na agenda política brasileira, nos levaram a aprofundar a compreensão de como elas se manifestam nas periferias e como a classe trabalhadora periférica

tem encontrado alternativas de sobrevivência.

A chegada de 2026 se dá em um contexto de profundas transformações sociais, políticas, tecnológicas e econômicas no mundo com impacto direto nas periferias brasileiras. O novo patamar de conectividade das pessoas, propiciado pela internet e mídias sociais, tem contribuído - de forma paradoxal - tanto para o fortalecimento da solidariedade como para a explosão de manifestações de ódio de todo o tipo, teorias da conspiração e “fakenews”, envolvendo igrejas, escolas e empresas, e agora, em grande parte, impulsionados pela eleição de Donald Trump e seu discurso sexista, xenófobo e belicista.

Esses territórios e seus sujeitos, historicamente marcados por desigualdades, tornaram-se também polos de inovação cultural, de protagonismo comunitário e de novos arranjos econômicos. O debate sobre a reconexão com as periferias ganha centralidade tanto na

formulação de políticas públicas quanto na atuação de organizações da sociedade civil ou na redefinição de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Reconexão Periferias priorizará para atuação em 2026, o fortalecimento da organização e a presença do Partido dos Trabalhadores nas periferias, nas cidades, nos campos e quilombos do Brasil; contribuir na atualização programática, a partir da formulação de propostas de políticas públicas e ampliação da rede de articulação da Reconexão Periferias como também na maior articulação e aproximação da Reconexão com o PT, com o objetivo de formar, difundir o conhecimento produzido e continuar dando voz e espaço para os atores das periferias.

Para isso, devemos trabalhar com a concepção da periferia na centralidade do debate estratégico da política. Há um deslocamento cultural e simbólico nos últimos anos, ampliando a visibilidade das

periferias como espaços de produção cultural, empreendedorismo e novas linguagens digitais. Como essa tendência deve ser mantida, com o fortalecimento dessa centralidade cultural, não como exceção, mas como um vetor permanente de expressão social, em que coletivos culturais, mídias independentes e artistas periféricos redefinem narrativas e pautas, produzindo um diálogo mais direto com públicos antes distantes, potencializar essa reconexão com esses territórios e sujeitos implica reconhecer essa potência: não como “beneficiários”, mas como protagonistas.

Por outro lado, sem infraestrutura e mobilidade, não há expressão visível e factível dessa reconexão, apenas superficial; portanto, pautar e debater os desafios relacionados ao transporte, ao saneamento, à energia, à conectividade digital e à moradia continuam sendo essenciais. Aí, entramos num espaço fundamental que é debater a cidade que queremos, uma cidade de bem viver, e, como

expressão concreta, as diversas questões que se colocam na conformação dos planos diretores e da pouca participação popular nas suas definições estratégicas e prioritárias. Questões como a expansão de corredores de mobilidade integrados, a requalificação de áreas vulneráveis, incentivos à urbanização sustentável e ampliação do acesso à internet de alta velocidade são temáticas que possibilitam dialogar com a vida real do povo periférico das cidades e que constarão dos nossos programas.

Priorizar a reconexão com a juventude periférica como força estratégica é outra questão prioritária, pois a juventude representa uma das maiores concentrações de energia criativa e capacidade de transformação, e aí, podemos falar de atuação mais planejada em programas de formação tecnológica, acesso a economia digital, incentivo ao empreendedorismo comunitário, políticas de redução da evasão escolar e valorização de lideranças juvenis.

A persistência das chacinas e a letalidade policial que atinge preferencialmente a juventude negra impõe um desafio ético e programático incontornável para o nosso campo em 2026. É urgente denunciar que a lógica de "guerra" tem servido historicamente como pretexto para a suspensão de garantias constitucionais nas favelas e periferias, criando um estado de exceção em que a vida vale pouco. O enfrentamento a esse cenário exige reconhecer que o racismo estrutural é o motor dessa violência e que não haverá democracia plena enquanto o CEP e a cor da pele definirem quem tem direito ao devido processo legal e quem é alvo preferencial da mira do Estado.

Nesse contexto, a disputa pela segurança pública deve ser travada no terreno da Constituição Cidadã, reafirmando que a segurança é um direito fundamental, garantido pela oferta integrada de justiça e de proteção social, e não pela militarização do cotidiano. A "segurança cidadã" que

defendemos pressupõe que a presença do Estado na periferia não pode se limitar à viatura que reprime, mas deve se materializar na escola de tempo integral, na iluminação pública, no posto de saúde e nos equipamentos de cultura. Garantir a lei e a ordem significa, antes de tudo, garantir que a Constituição de 1988 atravesse a ponte e vigore plenamente nos territórios periféricos, assegurando a inviolabilidade da vida e do domicílio de seus moradores.

Para o ciclo que se aproxima, reconectar-se com as periferias exige assumir a defesa intransigente da vida da juventude negra como pauta central para o desenvolvimento do país. Precisamos construir uma nova governança federativa que invista massivamente em inteligência e investigação para desmantelar o crime organizado, retirando o foco do varejo de drogas que encarcera e mata a ponta mais frágil da corda. A nossa tarefa é substituir a narrativa do medo, explorada pela extrema-direita, pela narra-

tiva de direitos, provando que é possível construir territórios de paz onde os jovens negros sejam vistos como potência de futuro e inovação, e não como estatística de óbito.

E de importância igual, a economia das periferias, com novos modelos e oportunidades, em que as periferias têm impulsionado modelos econômicos próprios: do comércio local ao setor criativo, da economia de plataformas à produção artesanal.

O Reconexão pretende aprofundar o debate sobre o crescimento de micro e pequenos negócios, a digitalização de empreendedores e as redes colaborativas de crédito e de produção.

Enfim, as temáticas e prioridades de 2026 deverão se articular à uma visão de reconexão política e maior participação social desses sujeitos periféricos, com o estímulo à escuta e diálogo para participação e fortalecimento de conselhos comunitários, iniciativas de orçamento participativo revisitado, comunicação direta com lideranças locais e a implementação de plataformas digitais de consulta pública.

O processo de reflexão e formulação a ser estabelecido em 2026 pressupõe debater modelos de gestão pública e social que valorizem a participação contínua, e não apenas episódica, buscando a

reconstrução de pontes, baseadas no trinômio inclusão, inovação e justiça social. Mais do que uma agenda, é um chamado ao reconhecimento, ao investimento em trajetórias, talentos e à participação, fortalecendo relações e aspirações de um futuro mais compartilhado e solidário; ao invés de segregação socioespacial, caminhos para um ciclo de dignidade. Nossa ação é um chamado ao diálogo e à construção coletiva, porque a estrela, o vermelho da nossa bandeira, o vermelho da luta, do pulsar da indignação presente em nossos corações é o que nos move para um Brasil de reconstrução e eliminação das desigualdades. ■

A política por trás da política de morte de Cláudio Castro

BARBARA MARTINS, PAULO RAMOS E RUAN BERNARDO

BARBARA MARTINS É
COORDENADORA DO EIXO
DE VIOLÊNCIA

PAULO CESAR RAMOS
É COORDENADOR DO
RECONEXÃO PERIFÉRIAS

RUAN BERNARDO
É ASSISTENTE DE
PESQUISA DO RECONEXÃO
PERIFÉRIAS



FOTO: TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Em artigo, Paulo Cesar Ramos, Ruan Bernardo, Barbara Martins e a equipe da Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, analisam como a violência policial no Rio de Janeiro se converteu em instrumento político de poder e visibilidade para Cláudio Castro e a extrema-direita

Dentro de qualquer processo político conflituoso, grupos em desvantagem recorrem à demonstração de força

para se manter no jogo. É o que fazem trabalhadores em greve ao ocupar fábricas, estudantes ao tomar reitorias

ou movimentos sem-teto ao fechar ruas. Em 28 de outubro de 2025, o que se viu no Rio de Janeiro foi uma demonstração de força do bolsonarismo, acuado e em retração, que precisou transformar uma operação policial em espetáculo para sair das cordas e continuar com peças no tabuleiro para as eleições de 2026, jogando na área da segurança pública e apresentando um novo pré-candidato: Cláudio Castro.

Historicamente, o Brasil já assistiu a operações de segurança sendo utilizadas como ferramentas de impacto político. Por exemplo, durante as eleições presidenciais de 1994, o aumento na ação policial no Rio de Janeiro foi interpretado como um ponto crítico na corrida eleitoral, amplamente explorado para demonstrar controle e força por determinados candidatos. Outro caso notório ocorreu em 2010, quando uma operação que culminou na ocupação do Complexo do Alemão foi vista como um divisor de águas na percepção pública sobre a segurança, influenciando o debate eleitoral.

Assim, o uso de chacinas em operações policiais como demonstração de força não é um caminho novo para os governantes fluminenses nem tampouco para o atual governador Cláudio Castro. Desde sua primeira semana no cargo, iniciada em 1º de maio de 2021, reafirmar o poder estatal por meio do extermínio de corpos negros, pobres e periféricos tem sido uma das principais

estratégias de visibilidade de seu governo.

Exemplos marcantes dessa política são a operação realizada em 6 de maio de 2021, que resultou na chacina do Jacarezinho, com 28 vítimas fatais, e a operação de 24 de maio de 2022, responsável pela chacina da Vila Cruzeiro, com 25 mortos. Até então, essas eram duas das maiores chacinas recentes já noticiadas — números que, no entanto, parecem pouco diante do episódio ocorrido na última terça-feira e dos próximos que estão por vir.

A Fundação Perseu Abramo tem mostrado, em suas pesquisas sobre chacinas, que operações policiais desse tipo cumprem uma função ritual. Entre as principais motivações das chacinas, há aquelas associadas ao policiamento: as operações, atuação policial, milícias e grupos de extermínio. Essas chacinas, de forma geral, não buscam resultados de uma política pública, mas sim efeitos simbólicos. Elas funcionam como encenações da força e da virili-

dade de um Estado que exerce o poder de decidir quem vive e quem morre.

Nesse teatro de horrores, vidas de pobres negros, jovens e periféricos são oferecidas como prova material de autoridade, e a matança torna-se uma linguagem — e o número de mortos, uma métrica de poder que, segundo a pesquisa Chacinas e a politização das morte no Brasil, mostra-se como fundamental, dado que em casos de operações policiais há uma média de nove vítimas fatais por caso, o dobro das demais ocorrências por policiamento e, entre essas, 83% das que tiveram a raça/cor identificada são pessoas negras.

Os policiais estão inseridos em uma lógica em que o controle político pela morte pode ser reproduzido tanto dentro quanto fora do horário de serviço. Ainda segundo a pesquisa Chacinas e a politização das mortes no Brasil, entre as chacinas mapeadas no período de 2011 a 2022, 55% ocorreram durante o ser-



FOTO: TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

viço e 45% fora dele — o que evidencia a naturalização desses eventos, tanto por parte de quem governa quanto de quem executa a política de segurança pública.

No caso do Rio de Janeiro, o palco foi montado com os corpos de moradores das favelas do Alemão e da Penha. As mortes, mais uma vez, só importam em quantidade: precisam chocar, gerar manchetes, devolver visibilidade aos seus promotores. Diante de sucessivas derrotas políticas, a extrema-direita brasileira recorre à necropolítica

como tática de sobrevivência. É pela violência sobre as vidas negras que ela reafirma sua existência. Matar pobres e negros é a forma que a direita encontra para recuperar importância — e, ao mesmo tempo, reeditar o mito da guerra às drogas, mascarando o vazio de qualquer projeto de país.

Essa violência também se entrelaça com a precarização social crescente, em que a austeridade, o desemprego e os cortes sociais intensificam a insegurança material das populações marginalizadas, transformando

a própria sobrevivência dessas comunidades em uma luta diária.

Ao transformar a morte em manchete, o bolsorismo ganha tempo de televisão, espaço nos jornais e um simulacro de protagonismo. A operação torna-se, então, uma oportunidade para colocar novamente em circulação a sua agenda de barbárie disfarçada de defesa da ordem e da segurança, instrumentalizando as forças policiais para ocupar o noticiário e pautar o debate público.

O Rio de Janeiro, vitrine

do Brasil para o mundo, é o cenário ideal para esse teatro. No mesmo momento em que o governo Lula colhe vitórias na política internacional e recupera os índices de aprovação, a extrema direita utiliza o território fluminense como contraplano: ergue, sobre corpos negros, a imagem de um país desgovernado. Quer dizer, do alto de um palco banhado em sangue, que o presidente não tem política de segurança, que o Estado “falhou”, que só a repressão resolve.

Essa ação configurou um massacre de grande proporção, e como toda chacina, houve graves violações de direitos humanos e afrontou diversos princípios do Estado de Direito ao ceifar tantas vidas sem o devido processo e sem respeito à dignidade inerente a cada pessoa.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro prevê que constitui crime de responsabilidade do governador qualquer ato que atente contra “o exercício dos direitos políti-

cos, individuais e sociais” e incluem atentados contra “a segurança interna do Estado” e o não cumprimento de leis ou decisões judiciais. Uma vez que o governador do estado é o garantidor último da legalidade das ações policiais, autorizar uma operação que resulta em centenas de mortes – violando possíveis preceitos fundamentais – pode configurar atentado aos direitos à vida e à segurança da população, além de descumprimento judicial, incluindo crime de responsabilidade. No Estado Democrático de Direito, não há espaço para “licença para matar” — nenhum objetivo, ainda que legítimo, autoriza o sacrifício indiscriminado de vidas e de garantias constitucionais.

Nada disso seria possível sem a disposição do governador Cláudio Castro, cuja ambição ultrapassa os limites legais e as fronteiras estaduais. Nenhum Plano Nacional de Segurança Pública, nenhuma decisão do Supremo, nenhuma ADPF das Favelas impediram a execução

da operação mais letal em 15 anos. É assim que funciona a necropolítica: para além da lei, sustentada pela conveniência, pela disputa interna da direita e pela necessidade de produzir um novo candidato. Com Tarcísio fragilizado, Ratinho descreditado e Caiado cansado, Castro vislumbra, no sangue derramado, sua chance de se projetar como presidenciável. A violência se converte em marketing eleitoral.

Frente a isso, o governo Lula pode dar exemplo e promover uma inflexão na política que poupe a vida dos policiais, que evite o confronto e prime pela inteligência, como apontou o secretário de Justiça da Bahia, Felipe Freitas, em entrevista.

Reafirmamos a necessidade de uma política de segurança construída com as periferias, e não contra elas: uma política que substitua o ritual da morte pelo direito à vida, e que retire das mãos dos mercadores do medo o monopólio da narrativa sobre o futuro do país. ■

Marcha Zumbi (1995): há 30 anos, movimento negro na disputa pela cidadania e ressignificação do Brasil

DANILO DE SOUZA MORAIS

DANILO DE SOUZA MORAIS É DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UFSCAR, PESQUISADOR DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (COORDENA O EIXO CULTURA POLÍTICA) E DOCENTE NA FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO (ARARAS/SP).



RECORTE DA PARTICIPAÇÃO DA FILÓSOFA SUELI CARNEIRO, UMA DAS ORGANIZADORAS DO PROTESTO, EM DOCUMENTÁRIO REALIZADO DURANTE E SOBRE A MARCHA (FONTE: MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995).

A Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, ocorrida em novembro de 1995 em Brasília, fez-se referencial ao protesto negro em muitas dimensões.

Entendo a Marcha, primeiramente, como ponto de chegada de mobilizações que lhe são anteriores, destacadas por inovações político-sociais, próprias da agenda de parte do

movimento negro em sua reemergência nos anos 1970. Em especial, nesta dimensão, destaco a articulação entre demandas pelo reconhecimento de especificidades históricas e culturais,

dos modos de ser e viver com referências “afro” ou do que chamaríamos hoje de diáspora africana[1], mas que se vinculam também às demandas de enfrentamento de desigualdades raciais.

Ao mesmo tempo, esse momento carrega a explicitação de novos caminhos, com a busca de inovação político-institucional do associativismo negro. Aqui, em uma segunda dimensão, deve-se negritar a compreensão, reconhecida em parcela significativa desse associativismo no período, de que reivindicações podem e precisam ser traduzidas em propostas de políticas públicas, portanto, ações exequíveis por instituições estatais, o que exige formas de diálogo com agentes estatais e setores outros, na própria sociedade civil, que se disponham aliados, o que passa a se tornar possível com a queda da Ditadura, na segunda metade dos anos 1980. Neste sentido, tanto para reconhecer diferenças (históricas e culturais), quanto para efetivar igualdade, o léxico da luta por direitos, portanto, a disputa pela cidadania (que compõe o nome da Marcha) entra em cena. Isso tensiona a concepção liberal de cidadania, baseada num indivíduo-cidadão abstrato – supostamen-

te sem “raça”, “classe”, “gênero”, “território” etc. Esse aspecto, segundo entendo, é crucial para o impacto do protesto, pois disputa a própria ressignificação da relação entre estado e sociedade nacional no Brasil, bem como a concepção de nação ou “nacional”, potencializando alianças/diálogos/equivalências com outros segmentos subalternizados na chamada sociedade nacional e reconhecendo a própria pluralidade da população negra. A partir daqui, apresento de modo breve como se deu essa disputa/tensionamento, baseada também em articulações/diálogos promovidos pelo movimento negro.

O associativismo negro, para chegar à Marcha Zumbi de 1995 – que teve delegações vindas de todas as regiões do país e contou com aproximadamente 30 mil participantes (Domingues, 2024) –, não se constituiu de modo homogêneo, como descreve o próprio documento que registra a posteriori as propostas apresentadas pela orga-

nização do protesto ao Congresso Nacional e ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (Marcha Zumbi dos Palmares, 1996). Assim, para viabilizar o evento foi necessário, de modo exemplar, a articulação de discursos, estratégias e repertórios diversos – conforme interpretei pontualmente sobre o associativismo negro no contexto pós-Ditadura (Morais, 2016) e de modo mais sistemático como analisam, mesmo com perspectivas distintas, Flávia Rios (2012) e Petrônio Domingues (2024), bem como tantas outras/os importantes intelectuais negras/os e não negras/os. Desde ao menos a Frente Negra Brasileira (FNB), ainda nos anos 1930, a heterogeneidade do movimento negro é observável nas distintas perspectivas ou projetos políticos que o compõem, mas também passa, a partir das décadas de 1980 e 1990, pela multiplicidade de sujeitos e as demandas que expressam suas especificidades, como é o caso de quilombolas e mulheres negras,

o que a Marcha Zumbi assim começa a explicitamente reconhecer.

Por mais que a liderança de mulheres negras, ao longo do séc. XX, esteja presente em muitos exemplos marcantes como o da fretenegrina Laudelina Campos Melo, que nos anos 1930 foi, nas palavras de Jurema Werneck, a “principal ali-cerce” da fundação da 1ª associação de trabalhadoras domésticas do estado de São Paulo (Werneck, 2009, p.81), a emergência de organizações específicas de mulheres negras constrói destaque a partir dos anos 1980 e se faz muito presente na passeata de 1995. As organizações de mulheres

negras são fundamentais para avanços importantes desde este período, como na apresentação das propostas no âmbito da saúde da população negra, com medidas de grande impacto para a visibilidade necessária às desigualdades raciais, como a instituição da coleta de informações sobre cor/raça nos dados do Sistema Único de Saúde (SUS).

As articulações de afro-brasileiros/as, prévias ao protesto de 1995, deram-se na relação com as organizações próprias do associativismo negro, mas também produzindo diálogos e equivalências com o movimento sindical, partidos políticos, ONGs

e diversas outras organizações da sociedade civil.

Compunham a organização da Marcha (a Comissão Executiva), diversas organizações negras – como Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB) –, mas também centrais sindicais, dentre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Marcha Zumbi dos Palmares, 1996, p.03). Com registro de sua participação no protesto, encontra-se o presidente desta central, o metalúrgico Vicente Paulo da Silva, conhecido como Vicentinho desde sua participação nas greves da categoria, em fins dos anos 1970, no Grande ABC paulista.

Destaquei a aliança do movimento negro com o sindicalismo e especificamente a CUT, pois lembremos que neste mesmo ano, com Vicentinho presidente da organização, o Presidente da República FHC teve



RECORTE DA PARTICIPAÇÃO DO LÍDER SINDICAL VICENTINHO (VICENTE PAULO DA SILVA), ENTÃO PRESIDENTE DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), EM DEPOIMENTO PARA DOCUMENTÁRIO REALIZADO DURANTE E SOBRE A MARCHA (FONTE: MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995).

seu momento thatcheriano[2] na relação com o movimento sindical – no enfretamento que realizou contra trabalhadores/as petroleiros. Fernando Henrique, porém, não obteve o mesmo resultado da “Dama de Ferro” do neoliberalismo, muito por conta da tática da direção sindical de disposição conflitiva, sem deixar de buscar pontes e diálogo com outros segmentos de trabalhadores/as e com a sociedade civil. O descumprimento de acordos firmados ainda na gestão de Itamar Franco, dentre outras medidas para supressão de direitos de trabalhadores/as, foram estopim para a greve geral de petroleiros de mais de 30 dias, liderados pela FUP (vinculada à CUT), em que até o Exército foi mobilizado pelo então presidente para reprimir o movimento e retomar as refinarias. Foram 73 demitidos, além de muitas outras punições aos/às trabalhadores/as da categoria, mas um importante saldo positivo é considerado pelo movimento: Fernando Henrique acabou por não

incluir a Petrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND).

Como salienta Flávia Rios (2012), sobre a fala do representante da CUT na comissão executiva da manifestação do 20 de novembro, João Antônio Motta, não apenas celebra a aliança entre movimento sindical e movimento negro, mas observa que sindicatos não poderiam mais “fechar os olhos para a questão da luta contra o racismo” (Rios, 2012, p.59). Em depoimento, registrado em documento formulado pela organização da Marcha e publicado no ano seguinte, a mesma liderança analisa que o protesto era parte da luta pela “conquista da cidadania” para a população negra, lida como uma maioria social (Marcha Zumbi dos Palmares, 1996, p. 15). Se na greve dos petroleiros a pauta da CUT estava na contenção à retirada de direitos, na Marcha Zumbi a central sindical se aliava à possibilidade de ampliação de direitos para a população negra, o que significava a

efetividade da cidadania à parcela majoritária da população, portanto, à classe trabalhadora.

Essa busca em estabelecer variadas equivalências/diálogos, fundamental ao êxito da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, conforme entendendo, contribuirá em curto e médio prazos com deslocamentos significativos no modo como variados segmentos sociais e instituições formais no país se veem, disputando o sentido da cidadania. Em outras palavras, legitimam-se crescentemente novas representações simbólicas, que validam a interpretação de que diferenças e desigualdades étnico-raciais se expressam e são relevantes nas mais diversas esferas de nosso ordenamento social. Inicia-se, portanto, não apenas nas fileiras do movimento negro, a problematização das posições sociais racializadas no país. A admissão, logo após o protesto, a partir da fala do então Presidente da República, de que no país o racismo

se mantinha e, portanto, precisava o estado agir para enfrentar seus efeitos e buscar superá-lo, bem como a instituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para estudar ações em tal direção, são exemplares das brechas abertas para uma mudança simbólica, que é necessária para mudanças materiais.

A construção dessa nova legitimidade social, com a demanda por direitos nesta concepção ampliada de cidadania cuja Marcha Zumbi tem contribuição inegável, é indispensável para tensionar e desestabilizar o mito da democracia racial; que é o modo prevalente com que opera o racismo no Brasil, desde a segunda metade do século XX e, mesmo com nuances, até a atualidade. Esse mito fundacional da noção de nossa sociedade e estado nacionais tidos como “modernos” (após a Revolução de 1930), tende a reforçar a suposta condição racialmente harmoniosa, de “um só povo”, que é “essencialmente misturado/misci-

genado”, sustentando a crença na impossibilidade mesmo de que o racismo seja um fenômeno social entre nós (Morais, 2016). Neste sentido, quando se explicitam no país exemplos inegáveis de preconceito e discriminação raciais, em variadas situações cotidianas (racismo atitudinal) ou como resultado, estatisticamente observável, da ação sistemática de organizações estatais e/ou privadas (racismo institucional), pelas lentes de um imaginário coletivo permeado pelo mito da democracia racial, esses casos e dados não são vistos como constitutivos da ordem social vigente. São entendidos sim como supostas exceções ou manifestações até de violência de algum modo sistêmica, só que de forma alguma admitida publicamente como racializada, portanto, dificultando que sejam enfrentadas e desconstruídas.

Ao abrir fissuras na mítica democracia racial, a manifestação de 1995 em Brasília, portanto, é o evento de maior relevo na cena

pública, até então, a desestabilizar um dos construtos basilares da hegemonia para nossa modernização conservadora.

Existem importantes avanços, desde a Marcha Zumbi nos anos 1990, em termos de indicadores para a população negra (pretos e pardos, conforme Censo de 2022, somados somos aproximadamente 55,5% da população nacional), que vão desestabilizar ou ao menos tensionar posições sociais historicamente racializadas no Brasil. Um dos grandes exemplos é resultado – combinado com outros fatores de melhora nas condições de vida – das ações afirmativas (incluindo cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior, a partir da lei 12.711/2012) no ensino superior público e particular. A esse respeito, os dados comparados entre os censos de 2000 e de 2022 registram: pretos/as com ensino superior cresceram quase 6 (5,8) vezes (saíram de 2,1% em 2000 para 11,7% em 2022), já pardos/as cresceram 5,2

vezes (de 2,4% para 12,3%) no ensino superior no mesmo período, significativamente acima do crescimento médio (que foi 2,7 vezes) no acesso a este nível de ensino (Bello, 2025).

Há, como o movimento negro bem salienta, a persistência e recrudescimento de enormes desafios. São inúmeras as insuficiências presentes, em termos materiais e simbólicos, para as condições de vida das pessoas negras. Um dos exemplos marcantes: as dificuldades em formar professores/as e fazer modificações no cotidiano escolar para realizar a educação das relações étnico-raciais, com o ensino de história e cultura da África e dos afro-brasileiros/as na educação formal – algo previsto a partir de 2003, ou seja, desde o 1º governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Persistem ainda os limites na efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – prevista formalmente em portaria do Ministério da Saúde

desde 2009 – e, como situação mais emblemática, o modo terrível com que ainda é ignorado, em âmbito estatal e na percepção majoritária da população, o viés racial da violência (sobretudo letal), com consequências trágicas para a população negra, pela ação direta do estado ou em sua inação, mas na violência racial que socialmente também se mostra disseminada.

É inegável, mesmo assim, que a suposição da democracia racial, mesmo com sua plasticidade e resiliência (que ainda informa o racismo prevalente entre nós), não mais consegue operar sem contestação. Assim, a presunção de uma sociedade “racialmente harmônica” se tornou pouco ou insuficiente como um dos fundamentos de uma unidade nacional mitificada, necessária aos padrões persistentes de superexploração da força de trabalho (majoritariamente não branca) e da rigidez efetiva de hierarquias – suavizadas pela incorporação, como parte tolerada do status quo, de

algumas práticas culturais de matrizes africanas da diáspora e de povos indígenas, porém desconcontextualizadas e/ou sem agência dos sujeitos que as produziram/produzem.

Nesta direção, faz-se necessário que fiquemos atentos à política cultural contemporânea, que pode tensionar ou contribuir com a hegemonia da modernização conservadora de modo atualizado. Por exemplo, como o capitalismo financeirizado, em perspectiva colonial e que para se reproduzir adota contornos neofascistas se mantêm como horizonte de expectativas (portanto, como enquadramento simbólico do que é tido como única possibilidade do real) para parcelas majoritárias da população no país? Como o imaginário, que se estabelece em termos político-culturais, de fundamentalismos religiosos, de categorias econômico-bélicas (o empreendedor de si que é um “guerreiro” e que se esforça por fazer “conquistas”) pode ser mais bem decodificado? Em que termos, este

imaginário dominante, pode ser tensionado/res-significado com práticas já estabelecidas, emergentes ou residuais, que estão presentes nas formas atuais de associativismos negros e periféricos, mas também em associativismos indígenas, de mulheres, LGBTQIA+, de juventudes e das novas expressões/demandas/lutas de trabalhadores/as?

Insisto que devemos investir em desafios de tradução que levem à compreensão intergera-

cional – entre as lideranças adultas e velhas, bem como organizações mais formalizadas e estabelecidas, com lideranças e organizações jovens – e intrageracional – formulação de diálogos e equivalências do/no tempo presente e em múltiplos espaços, expressando especificidades também entre sujeitos subalternizados, incluindo da diáspora africana no Brasil, mas evitando fragmentação (dispersão organizacional e desperdício de experiência).

Esse esforço de tradução, colocado em termos de ação política, reafirma os valores do 20 de novembro – que foi construído com tensionamento, mas ao mesmo tempo com diálogo e articulação –, bem como pode dirigir à novas expressões da Marcha Zumbi, que sejam construídas e impulsionem mudanças ainda mais substantivas que aquelas alcançadas desde o emblemático evento de 30 anos atrás. ■

REFERÊNCIAS

BELLO, Luiz. Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. Agência IBGE Notícias. Brasília, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>. Acesso em 16/11/2025.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: do denunciismo às políticas de igualdade racial. Lua Nova, n. 121, 2024.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES – 1995. Direção e roteiro: Edna Cristina. Brasília, DF: Ipê – Vídeo, Produção e Comunicação, 1995. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I6gKTRXCPQA>. Acessado em: 18/11/2025.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES. Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial. Brasília – Cultura Gráfica e Editora Ltda, 1996.

MORAIS, Danilo de S. Diferenças étnico-raciais e políticas de reconhecimento: perspectivas a partir do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Educação. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2016.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978–2010). *Lua Nova*, n. 85, 2012.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto [orgs.]. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In WERNECK, J. (org.). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2009.

[1] Demandas que remontam inclusive as intenções iniciais do Grupo Palmares, inspirados no Teatro Experimental do Negro (TEN), conforme registra um dos militantes do grupo, o poeta Oliveria Silveira (2003), que em 1971, no contexto do terror sistemático de estado da Ditadura, é a primeira organização a realizar – na cidade de Porto Alegre (RS) – um ato público reivindicando que o 20 de novembro, por lembrar a morte de Zumbi do Quilombo de Palmares, deveria ser referencial em substituição ao que avaliavam como a farsa da abolição formal da escravidão, referenciada em 13 de maio.

[2] Aqui faço alusão à ofensiva, para supressão de direitos de cidadania, promovida no Reino Unido pela então primeira-ministra Margaret Thatcher entre 1984 e 1985, cuja ofensiva anti-organização de trabalhadores/as, com repressão policial violenta à greve de mineiros, terminou com um saldo de mais de 230 mil demitidos, a legitimação do aprofundamento da agenda neoliberal, sob sua liderança até 1990. Tal foi o efeito político-cultural do thatcherismo, sobre segmentos majoritários da sociedade britânica, que se manteve a persistência dessa agenda inclusive sob os governos trabalhistas, com o rótulo eufemista de “terceira via”.

As mudanças climáticas e seus efeitos, segundo a população da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá

HELLEN VIRGÍNIA DA SILVA ALVES E DENISE VIANA BORGES

HELLEN VIRGÍNIA DA SILVA ALVES É DOUTORA EM GEOGRAFIA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR. PESQUISADORA DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM GEOGRAFIA, MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO/GEPEGÊNERO. FUNDADORA DA UIRAPURU DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA

DENISE VIANA BORGES É GEÓGRAFA, PRESIDENTA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO JACUNDÁ.



FOTO DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO JACUNDÁ:

Nos últimos anos as discussões sobre as mudanças climáticas e seus impactos sobre a vida no planeta ganharam força, especialmente em consequência dos eventos climáticos extremos que assolam o mundo. Contudo, essa é uma discussão que possui muitas camadas e ganha distintas perspectivas, desde o local até o global

Especialmente na Amazônia brasileira, as mudanças climáticas causam mudanças significativas no modo de vida das populações tradicio-

nais e estão associadas à insegurança alimentar e ao imaginário coletivo a respeito do futuro.

Denise Viana Borges

é uma jovem geógrafa que desde os sete anos de idade vive na Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, localizada nos municípios de Machadi-

nho d'Oeste e Cujubim, no estado de Rondônia, em uma região conhecida como “arco do desmatamento”. Até meados do século XX a região era povoada por vários povos originários que habitavam e disputavam esses territórios, principalmente, os recursos naturais, como a caça e a pesca. Pode ser constatada a evidência de sua presença nos sítios arqueológicos, como os da Comunidade Dois de Novembro, local onde está projetada a construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara, no rio Machado.

O olhar atento de mãe aprimorou o amor pelo território e fortaleceu Denise na luta pela defesa da vida “no” e “do” território em que vive. Atualmente ela preside a Associação de Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto

Jacundá (Asmorex). Segundo Denise: “Se há algumas décadas a invasão e os ilícitos ambientais praticados pelos invasores representavam a principal ameaça aos moradores e ao território, atualmente existem outros fatores que causam insegurança e incerteza na região.”

Durante o ano de 2023 o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental realizado na resex Rio Preto Jacundá revelou como a comunidade percebe as mudanças climáticas, os seus efeitos e as principais ameaças relacionadas ao tema.

Dentre as situações relatadas pelos moradores, o diagnóstico revelou:

1) sensação que a temperatura está bem alta e o tempo mais seco do que em relação às mesmas épocas de anos anteriores, o que dificulta o plantio

agrícola, o crescimento e florescimento das plantas e a colheita;

2) menor produção da floresta, assim como mudança no tempo de florada;

3) a estiagem severa tem ocasionado a diminuição do volume d'água dos rios, o que prejudica as comunidades que vivem na área de várzea e dificulta a navegação;

4) o ar fica mais pesado, com menos oxigênio e mais poluição, de modo que causa fadiga e mal-estar nas pessoas;

5) menor quantidade de chuva, fato que também dificulta a procriação das faunas aquática e terrestres;

6) chuvas desreguladas, isto é, menos dias de precipitação distribuídos durante o ano, porém, têm vindo com ventos e



FOTOS DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO JACUNDÁ:



FOTO DA RESERVA EXTRATIVISTA
RIO PRETO JACUNDÁ:

trombas d'água e causam danos ao solo (erosão e empobrecimento);

7) redução de ocorrência de friagens, o que comprova alterações no tempo climático;

8) aumento na ocorrência de combustão espontânea e propagação de incêndios florestais;

9) rios e nascentes têm secado com maior intensidade do que em outros tempos;

10) os plantios são feitos, mas não nascem, e caso germinem eles não crescem ou não produzem;

11) vendavais e ventanias mais fortes.

Em relação a perspectivas de medos, apreensões e angústias, constatou que em 87,5% das unidades familiares a crise climática

é considerada não mais como uma possibilidade e sim como realidade. Além disso, avaliam que a situação poderá tornar-se ainda mais crítica, caso não sejam tomadas de contenção, o que inclui conscientização ambiental e recomposição de áreas desflorestadas e degradadas.

Na percepção 78,1% dos moradores, a Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá a floresta em que vivem pode contribuir de algum modo a melhoria da qualidade de vida, seja nos municípios vizinhos ou no planeta, no enfrentamento dos desafios sobre mudanças e crises climáticas.

“Quando se fala em mudanças climáticas parece algo para o futuro, mas na resex Rio Preto Jacundá, minha casa, já estamos sentindo há algum tempo. Os períodos de seca severas são alternados com chuvas intensas e trazem o reflexo da nossa dificuldade de tráfego interno pelas estradas, rios que não dão

condição para escoar a produção, incêndios que afetam a saúde por causa da fumaça inalada. Esses são apenas alguns exemplos que mostram que a floresta sente e quem habita nela muito mais. É necessário pensar e agir não só para o futuro, mas sim para o agora!”, pondera Denise Borges.

Portanto, essa comunidade tradicional possui a consciência prática da importância da manutenção da floresta em pé para assegurar a vida na Terra. Assim, as vivências e reflexões dos moradores trazem como base de dados empíricos concretos um conjunto de experiências, as quais podem ser muito significativas e valiosas para potencializar a consciência planetária e o desenvolvimento de ações que melhorem as condições ambientais, sociais, econômicas e culturais. ■



FOTO DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO JACUNDÁ:

“Queremos uma polícia voltada à inteligência, não ao confronto”, diz secretário de Justiça da Bahia

ROSE SILVA



FOTO: CLEOMÁRIO ALVES/SJDHBA

Felipe Freitas defende uma segurança pública baseada na inteligência, no respeito à vida e sem letalidade como política de Estado

A Bahia quer redefinir o debate sobre segurança pública no país. Para o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, é preciso romper com a ideia de que a violência policial é um preço inevitável no combate ao crime.

“Não é concebível tratar a letalidade como um efeito colateral necessário ao enfrentamento do crime organizado. É preciso

recusar essa lógica e construir outro caminho, que valorize o trabalho policial sem abrir mão do respeito à vida”, afirma.

Freitas defende que governos de esquerda assumam uma posição clara diante do tema e apresentem modelos de segurança pautados pela inteligência, pela formação e pela defesa dos direitos humanos.

“Todos enfrentamos o mesmo problema com as

facções e o crime organizado. O que deve ser diferente é a maneira com que os governos lidam com ele. O campo democrático precisa assumir publicamente que quer outro tipo de segurança pública”, sustenta o secretário.

A declaração ocorre no contexto da elaboração do plano de redução da letalidade policial na Bahia, que prevê medidas de formação, revisão de protocolos, uso de câmeras corporais e acompanhamento psicológico dos agentes.

O que motivou o governo da Bahia a desenvolver o plano para conter as mortes decorrentes de intervenção policial?

O Brasil viu, nos últimos anos, um incremento grande do número de mortes pela polícia. E a Bahia, infelizmente, é um dos estados em que esse fenômeno coloca o desafio de controlar, reduzir e enfrentar o problema. Esse

tema é muito importante para as políticas de segurança pública em todo o país, pois os altos índices revelam fortes indícios de que haja um manejo pouco técnico e o uso excessivo da força policial. E mostram a necessidade de que aprimoremos as orientações e as diretrizes técnicas, para que ela possa ser usada com a intensidade necessária para enfrentar o crime sem provocar novas mortes.

Quais são as principais medidas desse plano e como o governo espera implementá-las?

Desde o segundo ano da gestão do governador Jerônimo Rodrigues, a primeira grande estratégia foi a adoção das câmeras corporais, uma medida reconhecidamente positiva para ampliar a transparência da ação policial, dar mais consistência às provas colocadas nos processos judiciais que são obtidas pela polícia em sua atuação e também para a proteção dos próprios profissionais de segurança pública. Portanto, há muitas razões pelas quais

as câmeras corporais são um instrumento importante no aprimoramento e no aperfeiçoamento da atuação.

Além disso, produzimos mudanças importantes nas normativas internas da polícia militar, como, por exemplo, a Portaria 70, editada neste ano, que prevê a obrigatoriedade de que todo policial que se envolva em ocorrência com morte seja afastado de suas atividades, para um processo de acompanhamento e avaliação da condição psicológica.

Não é concebível que um profissional de segurança pública se envolva em uma ocorrência tão complexa sem passar por isso, independentemente de essa morte ter ocorrido ou não dentro das regras legais. Não importa se a operação foi no exercício da legítima defesa, é sempre um evento traumático para um profissional estar envolvido em uma operação que resulta em morte.

Deve haver uma preocupação com a saúde mental dessas pessoas, o que representa um avanço

importante ocorrido no último período. Ou seja, a qualidade de vida do policial é muito importante e determinante para o resultado final da ação que ele desenvolve. Isso ensejou uma ação mais ampla, que é o plano de redução da letalidade, com três frentes de atuação. Uma voltada à formação, que busca oferecer aos policiais o que há de mais moderno e atual em termos de preparo para o uso qualificado da força. Uma segunda frente, normativa, voltada a novos protocolos e procedimentos, ou seja, quais são as regras que orientam o trabalho da polícia, sobretudo na ação de abordagem e planejamento de operação.

Temos uma série de medidas que ajustam a ação do Estado para alinhá-la às diretrizes que o presidente Lula apresentou em dezembro do ano passado, com um decreto sobre regulamentação do uso da força, para que a gente possa ter regras que favoreçam a polícia voltada à inteligência mais do que ao confronto. E uma terceira frente é a da

fiscalização e correção, ou seja, o fortalecimento das corregedorias. Há medidas relativas ao uso de câmeras corporais, que ampliam a transparência sobre a atividade policial.

E também o nosso sistema de bonificação por desempenho, que hoje, na Bahia, premia os policiais com incentivo financeiro nos lugares onde há redução dos homicídios e crimes violentos, a partir de agora incorpora também a redução da letalidade policial. Queremos bonificar e reconhecer o policial que, em sua atuação, conseguir reduzir os índices criminais sem gerar mais violência. É o contrário do que o governo do Rio de Janeiro pretendeu fazer com a gratificação faroeste.

Como o governo pretende estimular o uso das câmeras pelos policiais?

As avaliações mostraram que são necessários aprimoramentos importantes nesse sentido. Houve uma mudança na legislação para responsabilizar diretamente cada comandante operacional regional sobre

a utilização das câmeras, ou seja, ele terá a função direta e expressa dentro da sua ordem do dia, do seu procedimento cotidiano, sobre a fiscalização da utilização das câmeras.

Desde a recomendação do Ministério Público sobre o assunto, três meses atrás, até agora, já tivemos uma elevação bastante significativa do número de câmeras utilizadas e número de horas gravadas sob a modalidade de gravação intencional. Então, efetivamente, aquilo que foi apontado pelo Ministério Público surtiu efeito.

Um segundo ponto importante para reverter esse quadro diz respeito à formação. A pesquisa realizada pelo MP identificou que os policiais começaram a utilizar as câmeras sem necessariamente terem sido capacitados sobre o uso, sobre a redução de mortes violentas decorrentes de intervenção policial e a adequação do uso da força.

Há uma ação direcionada para as polícias que estão fazendo uso de câmeras corporais para que recebam capacitação, e

acreditamos que isso terá um efeito de reversão na baixa utilização.

Por fim, houve um remanejamento da distribuição das câmeras, porque a pouca utilização tinha a ver com o fato de que não necessariamente havia câmeras nas melhores lotações, aquelas que têm mais atividade operacional. Redistribuímos e começamos a reverter a subutilização das que ficavam nas unidades onde não havia tantos policiais em atividade.

Como é o governo pretende monitorar a implantação desse plano e acompanhar os resultados?

Existem duas instâncias: um comitê específico de acompanhamento composto por todas as áreas da Secretaria de Segurança Pública, criado e publicado no Diário Oficial junto com o plano; e uma segunda instância, que é a Câmara de Articulação social do Bahia Pela Paz, nosso programa de prevenção à violência, que é presidido pela Secretaria de Justiça e Direitos Hu-

manos, mas conta com a participação do Ministério Público, da defensoria e de organizações da sociedade civil, conselhos de direitos humanos, de segurança pública, de igualdade racial.

Participam atores como o Ministério Público, que tem a função constitucional do controle da atividade policial, e as organizações da sociedade civil, que são o motor efetivo dessa agenda de controle da letalidade e já estiveram presentes na elaboração do plano.

A ideia é que, sobretudo agora, a partir dessa primeira iniciativa, posta em debate público pelo governo, possamos ampliar a escuta social. Para que ao longo do processo de implementação seja possível fazer correções, ajustes e incorporações de novos conteúdos que venham a ser apresentados.

O senhor acredita que o tema da segurança pública vai mobilizar os partidos de esquerda com a proximidade das eleições?

Ontem, eu tive uma

reunião muito importante com a Executiva Estadual do PT, falando com a direção partidária sobre como eu penso que os partidos políticos de esquerda precisam tomar lugar nesse debate, dentro dos governos do campo democrático.

Precisamos distinguir quais são os elementos de uma política de segurança pública em um governo de esquerda, democrático, em relação aos governos de direita, porque não é possível a gente imaginar que a resposta a esse problema tenha de ser igual.

Eu não tenho dúvida de que tanto um governo de esquerda quanto um de direita têm pontos em comum, no sentido de que todos nós, independentemente do espectro ideológico que governa os estados, vivemos o mesmo problema com as facções, com o crime organizado e, em certo sentido, essa é uma

agenda comum da segurança pública. Por outro lado, é preciso entender também o que nos distingue.

O que é que caracteriza um projeto de esquerda para lidar com o tema da letalidade policial? Infelizmente, esse problema está disseminado em todos os estados da federação. Mas o que deve ser diferente é a maneira com a qual os governos lidam com ele, e os de esquerda precisam, a partir da pressão dos partidos de esquerda, dentro das coalizões, assumir uma postura pública de recusar a letalidade policial como um efeito colateral necessário para o enfrentamento do crime organizado. ■



FOTO: CLEOMÁRIO ALVES/SJDHBA

Clátia Vieira: “Queremos sair do fim da fila, temos pressa”

POR ROSE SILVA



CLÁTIA VIEIRA, INTEGRANTE DO FÓRUM NACIONAL DE MULHERES NEGRAS E DO COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA MARCHA FOTO: SERGIO SILVA

Marcha reúne 300 mil pessoas em Brasília por reparação e bem-viver na maior mobilização política de mulheres negras que o mundo já viu

Um mosaico de 300 mil mulheres de todos os estados do Brasil e outros 37 países da América Latina, Europa e África coloriu a Esplanada dos Ministérios no último dia 25 de novembro, durante a Marcha das Mulheres Negras por reparação e bem-viver. A mobilização foi construída ao longo de três anos como resposta ao aprofundamento das desigualdades.

De acordo com o 4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mulheres negras ganham, em média, 53,3% menos que os homens brancos. Elas somam 28% da população brasileira e ocupam apenas 2% do Congresso Nacional. E também gastam mais tempo em tarefas domésticas, têm menos

acesso a empregos formais e são mais afetadas pela pobreza, o que reafirma a urgência de construir um Estado comprometido com reparação histórica e justiça social.

Desde as primeiras horas da manhã, dezenas de caravanas chegaram de ônibus e vans ao local da concentração, no Museu Nacional. Mulheres de todas as idades, profissionais da educação e da

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

saúde, bancárias, trabalhadoras domésticas, rurais, quilombolas, ribeirinhas, representantes de partidos políticos e de organizações sociais produziram bandeiras e camisetas que identificavam suas delegações. Elas marcharam ao lado de ativistas independentes, artistas, parlamentares, percussionistas e escritoras.

A integrante do Fórum Nacional de Mulheres Negras e do Comitê Nacional de Organização da Marcha Clátia Vieira disse que um dos principais objetivos da mobilização é dar a visibilidade à luta das mulheres negras no Brasil. “Eu sempre digo que precisamos sair do final da fila, a gente tem pressa. O povo preto não suporta mais projetos que vão fazer efeito daqui a cinco, seis anos, e a gente

nem sabe se pode viver até lá. Então, nosso primeiro projeto é garantir a vida dessas pessoas”, diz.

“Queremos que as mulheres sejam respeitadas, que a vida do povo preto seja respeitada. Eu sou do Rio de Janeiro, e a gente chega aqui muito machucada, né? A gente precisa que o Estado brasileiro olhe para as mulheres negras como cidadãs de direito, para que tenham trabalho, moradia digna, educação, cultura. A gente defende a não perseguição dos nossos jovens e do povo de matriz africana, queremos o enfrentamento ao racismo religioso”, afirma.

Moradora da comunidade quilombola Território Sapê do Norte e representante da Coordenação Nacional de Articulação

das Comunidades Negras Rurais (Conac), Domingas dos Santos Delfino saiu do Espírito Santo para participar da Marcha. “Estamos aqui na luta pelos direitos das comunidades quilombolas e dos nossos territórios. E também pra mostrar a nossa cara, o nosso corpo, pra mostrar que a gente existe, algo que vem passando muitas vezes despercebido para o Estado brasileiro”, diz.

Ela conta que para as mais de 40 comunidades quilombolas daquele território a principal luta é contra as monoculturas de eucalipto e cana que agredem o meio ambiente. “O impacto é muito grande nessas comunidades, falta água e ocorre um monte de situações que o restante do Brasil não conhece”, diz.

A dirigente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco Eleonora Costa viajou com uma delegação de oito pessoas para marchar em Brasília. Disse que a principal luta no setor financeiro é por igualdade de oportuni-



FOTO: SÉRGIO SILVA



FOTO: SERGIO SILVA

dades na carreira, equiparação salarial com os homens e pelo emprego. “É muito difícil os bancos contratarem mulheres negras”, afirma.

A coordenadora-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) Cleide Pinto começou a trabalhar em uma casa de família aos 14 anos de idade para cuidar de outras duas crianças. Ela lembrou que como toda trabalhadora que não sabe o valor de seu trabalho já teve vergonha de ser doméstica. “Esse mito de que o trabalho doméstico não gera lucro é mentira, porque para um médico, professor ou qualquer categoria estar onde está tem uma trabalhadora doméstica dentro de sua casa, então a gente gera lucro e faz o Brasil crescer. Eu abracei

essa causa porque eu quero que outras trabalhadoras se reconheçam e sejam valorizadas”, pontua.

Sua delegação saiu de Nova Iguaçu (RJ) para participar da marcha porque 95% das trabalhadoras domésticas são mulheres, em sua maioria negras, pobres e periféricas. “Viemos para comemorar e também para lutar, botar na rua as nossas reivindicações, brigar pelo nosso espaço na política, na medicina, no comando do país”.

PT na Marcha – A Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT ergueram a Tenda das Beneditas na concentração, espaço voltado ao acolhimento das mulheres petistas que participaram da Marcha. Passaram pela

tenda as vereadoras Tainá de Paula (Rio de Janeiro), Paolla Miguel (Campinas-SP), Karla Coser (Vitória-ES), Marta Rodrigues (Salvador-BA), Edna Miss Preta (Pinhais-PR) e as deputadas estaduais Lucinha do MST (BA), Laura Sito (RS) e Divaneide Basílio (RN).

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, marchou ao lado de sua mãe, Marinete, da sobrinha Luyara, que representou o Instituto Marielle Franco, e da deputada federal Benedita da Silva. A ministra discursou em um dos carros de som e disse que a participação do ministério simboliza uma ponte entre o movimento social e o Estado. “Permaneceremos avançando, marchando por bem-viver e por reparação. Por todas as mães que perderam seus filhos e por todas aquelas que vieram antes de nós. Seguimos juntas em marcha, na positividade, hoje e sempre.”

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) disse que a Marcha traz o bem-viver e a reparação

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS



FOTO: SERGIO SILVA

como temas centrais para que o racismo não organize mais relações de poder no mundo. Ela afirma que infelizmente as mulheres negras são minoria nos espaços de poder, embora sejam mais de 30% da população. “Hoje 80% das mulheres negras do nosso país estão endividadadas, 63% dos lares chefiados por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Ou seja, a desigualdade do nosso país tem cor, tem gênero, tem endereço certo. E, para combater essa opressão, nós precisamos de ação afirmativa, emprego, renda, reparação histórica e financeira. Lutamos para que terra, trabalho, moradia, alimentação saudável, saúde, educação, acesso a cultura, esporte, lazer, busão 0800, saneamento básico de qualidade e receber cuidados sejam realmente direitos para as mulheres negras”.

Para a deputada federal licenciada Reginete Bispo (PT-RS) a importância da segunda Marcha de Mulheres Negras por Reparação e bem-viver é que ela vem demonstrando o contínuo da luta das mulheres negras desde o momento que assumem o protagonismo na luta feminista e antirracista no país. “Se você for ver a Marcha Zubi em 1995, a presença das mulheres era maciça. Em 2015, fizemos a primeira marcha liderada por mulheres, e ela foi potente, mobilizadora, primeiro movimento de rua que enfrentou autoritarismo da extrema direita aqui em Brasília, acampado em frente o Palácio do Planalto. E foram as mulheres negras que enfrentaram isso. Nossa, quando acontece, dá um salto de qualidade na mobilização política e no debate no campo da esquerda”.

Nesse momento pós-golpe e de retomada com o governo Lula, a Marcha das Mulheres Negras é uma demarcação social das várias demandas do direito de existir, na luta por proteção das pessoas

negras e de combate ao racismo. A secretária nacional LGBT do PT, Janaína Oliveira, acredita que essa luta não seja fácil porque há uma estrutura, uma máquina que funciona o tempo todo utilizando a institucionalidade como uma forma de opressão aos corpos negros. E as mulheres negras nunca tiveram medo de estar frente a frente a frente, de proteger vidas que precisam ser cuidadas.

“A gente precisa ter um processo político do país que dê um basta definitivo. Não precisamos só de soluções e de punições, mas sim que o país modifique a sua forma de pensar, de se organizar, de se entender e de respeitar essa diversidade de cores. E acreditar que as mudanças sociais que a gente busca estão muito mais relacionadas com a nossa existência, com o jeito de nós sermos, com a nossa forma de expressão, não só o nosso cabelo. Tem algo que para mim, nessa marcha, tem uma grande simbologia, que é ser mulher, negra, lésbica e amazônida”, pontua. ■

Seminário reúne dirigentes para discutir como fortalecer o PT nos territórios

POR ROSE SILVA



Objetivo é organizar um evento amplo, com participação de lideranças e coletivos de todo o Brasil, que possibilite realizar ações práticas nas periferias

A Fundação Perseu Abramo, por meio da área Reconexão Periféricas, realizou no dia 14 de outubro o seminário “Fortalecer o PT nos territórios”, em parceria com as secretarias nacionais de Organização, Nucleação e Movimentos sociais do PT. Além de secretários nacionais e estaduais do partido, participaram em

torno de 150 dirigentes. O objetivo é organizar um evento amplo, com envolvimento de lideranças e coletivos periféricos de todo o Brasil, que possibilite realizar ações práticas nos territórios, em diálogo com as realidades e necessidades locais.

De acordo com o consultor responsável pela Reconexão Periféricas,

Artur Henrique Silva Santos, a conjuntura política e econômica nacional e internacional reforça a necessidade de preparação para a disputa eleitoral do ano que vem. “Queremos colocar à disposição um conjunto de informações, pesquisas, debates e acúmulos que tivemos nos últimos anos que precisam ser

difundidos e levados para as periferias. Nossa ideia é fazer um evento presencial com as secretarias e as lideranças periféricas para que nos ajudem nessa missão", afirmou.

A secretária Nacional de Nucleação do PT, Claudinha Lima, disse que a Reconexão Periferias tem um papel fundamental nesse novo momento que o PT está se propondo a construir, de formação e vivência na periferia a partir da nucleação no território. "É a partir da identificação das necessidades reais das pessoas que nós vamos fazer com que o partido volte dialogar no dia a dia com seus filiados e filiadas, mas também com a sociedade, com aqueles e aquelas que ainda não estão filiados mas se propõem ao debate político, a discutir as necessidades reais da comunidade, do quilombo, do seu assentamento, da periferia urbana ou rural. Esse acúmulo pode ajudar a construir política na prática", pontuou.

Para o secretário Nacional de Organização do

PT, Laércio Ribeiro, a proposta é uma oportunidade, já que a Reconexão Periferias mapeou mais de mil organizações em 203 municípios espalhados pelo Brasil.

"O que nós precisamos, de fato, é entender quais são as nossas relações hoje em dia. Muitos dos nossos companheiros e companheiras têm relação com o movimento sindical histórico. Mas como é que está situado esse movimento sindical hoje, nesses municípios? Nós temos relação com movimentos de moradia, movimentos sociais. Mas como essas organizações estão estruturadas na ponta, e quais associações? Pensando sobre isso, creio que nós temos aqui uma importante ferramenta de construção e de organização partidária", afirmou.

A secretária Nacional de Movimentos Populares do PT, Lucinha do MST, destacou que o trabalho da Reconexão Periferias é importante para conectar todas as atividades e iniciativas da sociedade com a vida real do partido,

com as decisões políticas e o que a direção do PT está pensando. "Esse é o nosso grande desafio para o velho e bom trabalho de base, a inovação, enfim, a movimentação, porque, para além dessa reconexão, nós temos que ver como é que a gente coloca essa nossa força em movimento", disse.

O vice-presidente do PT de Santarém (PA), Danilo Senna, manifestou seu reconhecimento à Fundação Perseu Abramo e à Reconexão Periferias. "Trata-se de uma iniciativa estratégica, porque territorializar não é só organizar o partido, é disputar consciência, afeto, narrativa e futuro. Nós, que vivemos a realidade da Amazônia e das periferias do Brasil, sabemos que o PT só será forte nacionalmente se for reconhecido como presença concreta no território e não apenas como legenda nas eleições".

Ele propôs transformar os núcleos de base em núcleos vivos, com agenda permanente, escuta comunitária, rodas



FOTO: PT BELFORT ROXO

formativas rápidas e com materiais da Fundação. “E também mutirões de direitos sociais, ações culturais, ocupações de praças, escolas, feiras, igrejas e bairros, associações, times de várzea, não

como evento isolado, mas como ritmo de militância constante. Porque a periferia, ao meu ver, não é só carência, ela é potência, ela é cultura. Ela é trabalho informal. Ela é juventude criativa,

mulheres que organizam solidariedade, trabalhadores que constroem o país todos os dias. E se o PT quer disputar 2026 com força, tem que estar onde o povo está antes da eleição”, concluiu. ■

Seminário apontou sucesso nas políticas de segurança alimentar e desafios no abastecimento urbano

ROSE SILVA



REPRODUÇÃO: AGÊNCIA BRASIL

Evento realizado no Dia Mundial da Alimentação apresentou experiências positivas de segurança nutricional na política brasileira com representantes do governo e da sociedade civil

Segurança Alimentar e Nutricional – o combate à fome e à miséria nas periferias foi o tema do seminário realizado pela Fundação Perseu Abramo, por meio da Reconexão Periferias, em parceria com a Secretaria Setorial Agrária, o Setorial de Segurança Alimentar e o Setorial Energia do PT,

em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação.

Em sua fala de abertura, o consultor responsável pela Reconexão Periferias, Artur Henrique Silva Santos, apresentou a área Reconexão Periferias e como vem se articulando com várias secretarias do PT e do governo federal

para construir estratégias e influenciar políticas públicas. E disse que em 2025 saímos do mapa da fome, ainda que pouco tempo atrás fosse comum ver pessoas pegando sobras de comida em um caminhão de lixo.

“Evidente que isso não quer dizer que está tudo

resolvido. Ao contrário, temos grandes desafios pela frente, basta ver que 35 milhões de pessoas sofrem com insuficiência alimentar. Por isso é cada vez mais importante, do nosso ponto de vista, que a Fundação Perseu Abramo produza conhecimento e mostre que as periferias não são só um lugar de pobreza e falta de política pública, mas também uma potência, pois ali há exemplos vivos de cultura, arte, lazer, economia solidária, cozinha comunitária. Tudo isso está envolvido em um novo modelo de desenvolvimento justo, solidário, sustentável”, afirmou.

O diretor do do Instituto Fome Zero José Giacommo Baccarin falou sobre as políticas de combate à fome e à miséria e a saída do Brasil do Mapa da Fome, uma grande conquista não só da nação brasileira, mas mundial. “Talvez a gente não dê a dimensão devida a esta questão, resultado de políticas públicas muito bem feitas. Tivemos a capacidade de avançar muito na instituciona-

SEMINÁRIO

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
O combate à fome e miséria nas periferias

16 DE OUTUBRO - A PARTIR DAS 18H30

LILIAN RAHAL
Secretária Nacional de SAN

JOSÉ GIACOMO BACCARIN
Instituto Fome Zero

MARCELO MAZETA
Ex-secretário de DH e Participação
Pop de Araraquara e coordenador do
Setorial de SAN do PT

MÁRCIA MOLINA
Cozinha Solidária
de Campinas

ACOMPANHE PELO ZOOM

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Fundação dos Trabalhadores

ARQUIVO PÚBLICO

lidade, e o Brasil tem servido de exemplo para outros países em educação, saúde, previdência, assistência”, afirmou.

Baccarin pontuou que o Bolsa Família atende mais de vinte milhões de famílias e tem um funcionamento muito bom. “Foi uma construção de muitas mãos, universalizamos o atendimento às famílias mais pobres e virou uma política quase de Estado, já que mesmo quando o PT deixou o governo federal não

conseguiram acabar com o programa.” Ele destacou também a alimentação escolar, que desde o início do século 21 tem a orientação de não deixar ultraprocessados entrarem nas escolas. “Nós incorporamos a questão nutricional na alimentação que crianças e jovens têm na rede pública de ensino no país”.

Para ele, as políticas setoriais não bastam para que o Brasil continue avançando nas políticas sociais. “Penso que a

gente colocou um pé na porta, mas é preciso ir adiante, chutar a porta. É importante que na reforma tributária tenhamos isentado as pessoas no Brasil de pagar imposto de circulação de alimentos e medicamentos, tomara que isso resulte em baixar o preço para o brasileiro. E conseguimos aprovar a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil por mês, isso é o mínimo, mas até o mínimo estava difícil de acontecer. Foi uma vitória da rua”, afirmou.

A doutora em Saúde Coletiva Marcia Molina decidiu dedicar-se ao combate à fome após ter se

aposentado no SUS e teve a oportunidade de trabalhar na Cozinha Solidária São Marcos, na periferia de Campinas, durante a pandemia. Iniciativa da Paróquia São Marcos em parceria com o MST e a Economia de Francisco, chegou a oferecer setecentas refeições dia, de segunda a sexta-feira. “Por exemplo, em dois mil e vinte e dois, oferecemos noventa e três mil refeições para a população da região dos Amarais. Agora estamos em uma área da paróquia que também atinge a população vulnerável”, conta.

“Nós dizemos que a cozinha é uma rede de redes,

porque cada pessoa da Economia de Francisco, da CUT, muito presente na nossa cozinha, forma ali uma rede de solidariedade e ajuda. Por exemplo, o gás é bancado pelo Sindicato dos Petroleiros, a Associação dos Docentes da Unicamp doa oitenta quilos de frango por semana, doze cestas do assentamento Milton Santos a cada quinze dias. Há pessoas que organizam as redes. Nós arrecadamos utensílios domésticos, roupas e vendemos em um bazar uma vez por mês, que é uma grande ajuda para a cozinha”, relata.

O coordenador do Se-



“CELEBRAMOS NÃO SÓ A SAÍDA DO BRASIL DO MAPA DA FOME, MAS TAMBÉM OS AVANÇOS NAS POLÍTICAS QUE GARANTEM COMIDA NA MESA”, AFIRMOU LILIAN RAHAL, SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. FOTO: REPRODUÇÃO

torial de Segurança Alimentar e Nutricional do PT, Marcelo Mazeta, relembrou a experiência das políticas adotadas pela prefeitura de Araraquara para garantir a segurança alimentar da população durante a pandemia. “O prefeito (Edinho) sempre preconizou um modo popular e democrático de governar. Nós tínhamos, por exemplo, o orçamento participativo. Na hora de abordar a segurança alimentar, chegamos aos territórios em rede, que são os bolsões de pobreza e miséria, onde o governo logo no início fez um diagnóstico e identificou onde deveria focar principalmente ações emergenciais, e, na sequência, estruturantes, para impactar e mudar a vida dessas pessoas e famílias”, disse.

Ele destacou que foi criada uma grande rede de solidariedade e cerca de quarenta conselhos municipais que tinham o objetivo de fazer o gerenciamento das pautas da cidade, sugerindo, monitorando e fiscalizando a implementação das políticas. “Esse

diagnóstico favoreceu também a reestruturação da política, houve adesão ao sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e, consequentemente, à rede brasileira de bancos de alimentos, ao Pacto Internacional de Milão. No que tange ao combate à fome e à miséria, criou-se então um colchão social”.

A secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social, Lilian Rahal, disse que o histórico de políticas, programas e ações ao longo dos anos possibilita dialogar bem com a agricultura familiar e construir uma base relativamente sólida de política rural, mas há uma grande dificuldade de transpor isso para a agenda de abastecimento e a agenda alimentar urbana. “Espero que, no próximo mandato, nós tenhamos a oportunidade de construir com mais força essa ideia de um plano de abastecimento com recursos, orçamentos e ligações um pouco mais efetivas, um projeto que

não seja apenas do setor privado”, afirmou.

“Celebremos hoje não só a saída do Brasil, do mapa da fome, mas os indicadores de insegurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar que saíram na semana passada mostrando que nós voltamos com a insegurança alimentar grave ao patamar de dois mil e treze, ou seja, todo aquele cenário de terra arrasada que a gente pegou em 2021 está ficando para trás definitivamente. Isso mostra a força das políticas que foram retomadas e implementadas, com resultados muito efetivos”, pontou. ■

ISA MURIÁ

Da Amazônia paraense, Isabella Muriá (1997) expande suas criações visuais em diferentes telas e linguagens

Entre rios e ruas, investiga visualidades que bordam sua pesquisa em uma travessia que observa o mundo a partir de perspectivas amazônicas, entrelaçando memórias pessoais e coletivas. Estabelece paralelos entre a espiritualidade, ancestralidade, consciência ambiental e realidades sociais contemporâneas. Atua também como arte-educadora e é idealizadora do projeto Maré das Cores.

Colaborou visualmente em diversos projetos de valorização da cultura popular no Pará, ilustrando mestras de carimbó e dando oficinas principalmente no interior. Tem a arte também como ferramenta de luta e posicionamento em favor das questões ambientais e direitos dos povos originários. É graduada em comunicação social e integra o coletivo FreedasCrew há mais de dez anos, quando iniciou no graffiti. Utilizando o audiovisual como ferramenta de pesquisa produziu o míni documentário *Águas de Encantaria*, em 2024. Disponível no YouTube.





CONTATOS DA ARTISTA

Instagram: @isa.muria | E-mail: muriasonhos@gmail.com



OPORTUNIDADES DEZEMBRO 25 / JANEIRO 26

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/
Projeto Obinrin - Mulheres Negras e Indígenas 2025/2026	O Projeto Obinrin, patrocinado pela EMGEA e desenvolvido pela REAFRO, tem como foco o fortalecimento econômico, social e comunitário de mulheres negras e indígenas. Selecionar 150 mulheres negras e indígenas para participar gratuitamente da formação empreendedora do Projeto Obinrin 2025/2026, viabilizada pelo patrocínio da EMGEA	Até 31 de Dezembro de 2025	https://reafro.org.br/2025/12/02/projeto-obinrin-mulheres-negras-e-indigenas-2025-2026/
Edital Inova Cultura	O Edital Inova Cultura é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que tem o objetivo de fortalecer a economia criativa nos estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo, regiões que compõem a área de atuação da Sudene. Selecionar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) que apresentem soluções sustentáveis e inovadoras voltadas à modernização cultural e à adaptação às novas realidades sociais nas áreas atendidas pela Sudene.	Até 30 de Janeiro de 2026	https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-inova-cultura/edital-inova-cultura

Entre ciências: territórios de saber em diálogo	O objetivo do edital é apoiar iniciativas que fortaleçam o protagonismo de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares na produção de conhecimentos sobre a sociobiodiversidade e na gestão de seus territórios. As propostas devem ser apresentadas por organização da sociedade civil (associações, redes, coletivos, federações, etc) que representam povos e comunidades de um ou mais territórios dos biomas Amazônia e Cerrado, em parceria com instituições acadêmicas e/ou de pesquisa.	Até 30 de Janeiro de 2026	https://prosas.com.br/editais/16613
Fomento a projeto continuados de pontões de cultura	Este Edital tem por objeto a seleção de projetos que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.	Até 17 de Dezembro de 2025	https://prosas.com.br/editais/16777
Sua iniciativa quer abrir um CNPJ?	A formalização de iniciativas que já estão atuando e transformando realidades nas periferias é um caminho para acessar recursos e estrutura para ampliar o trabalho. Para iniciativas, abrir um CNPJ significa virar uma OSC. Se você é integrante de uma iniciativa periférica e tem interesse em saber, entre em contato!	Inscrições contínuas.	https://prosas.com.br/editais/14475

OPORTUNIDADES DEZEMBRO 25 / JANEIRO 26

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N 002-2024 - DIVERSOS SEGMENTOS CULTURAIS	Constitui objeto deste chamamento público a ATRAÇÕES ARTÍSTICAS PARA PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR ANTONIO CARLOS MARQUES, com o objetivo de difundir e valorizar a cultura, no município de Uberaba.	Inscrições contínuas.	https://prosas.com.br/editais/14475
Banco de Projetos Socioambientais	O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.	Inscrições Contínuas	https://prosas.com.br/editais/14331?locale=es



F U N D A Ç ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR